

Memória da Reunião – Revisão do 6º Plano de Ação e Estratégia Nacional de Governo Aberto

Data: 3 de julho de 2025

Horário: 14h30 (horário de Brasília)

Local: sala 1237 da CGU, transmitido e gravado via Microsoft Teams

Atividade: Reunião Interna – OGP, CGU, GT da Sociedade Civil, CIGA

Convidados / Participantes da CGU: Assessoria de Assuntos Internacionais, Diretoria de Governo Aberto e Transparência, Representantes do Grupo de Trabalho (GT) da Sociedade Civil

Representante da Parceria para Governo Aberto (OGP): Carolina Cornejo.

Registro: Bruno Bonaldo e Taiane de Oliveira.

1. Abertura e contextualização

A reunião teve como objetivo iniciar oficialmente dois processos paralelos: a revisão do 6º Plano de Ação Nacional da OGP Brasil e a elaboração da Estratégia Nacional de Governo Aberto. Carolina Cornejo (Unidade de Suporte da OGP) apresentou diretrizes da OGP para países com planos de quatro anos (como é o caso do Brasil), reforçando que esse formato exige uma revisão intermediária para: avaliar o progresso; promover inovação e participação social; incorporar ajustes estratégicos. Também destacou que a OGP fornecerá apoio técnico durante o processo.

2. Revisão do 6º Plano de Ação

2.1 Diretrizes da OGP

Carolina Cornejo explicou que: a revisão não é um novo processo de cocriação; deve envolver uma análise do progresso, escuta pública e possíveis ajustes; é necessário garantir transparência, resposta fundamentada e publicação de cronograma com pelo menos duas semanas de antecedência.

2.2 Cronograma proposto pela CGU

Fase	Atividade	Período
------	-----------	---------

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
Secretaria Nacional de Transparência e Acesso à Informação
Diretoria de Governo Aberto e Transparência

Diagnóstico	Avaliação interna pelos participantes dos compromissos	Jul – Out/2025
Consolidação	Relatório de progresso elaborado pela CGU	Out/2025
Consulta pública I	Divulgação do diagnóstico e recebimento de contribuições	Nov/2025
Análise	Sistematização das contribuições recebidas	Dez/2025 – Jan/2026
Revisão técnica	Oficinas e reformulação dos compromissos	Fev – Mar/2026
Consulta pública II	Validação pública do plano revisado	Abr/2026
Finalização	Aprovação final, tradução e envio à OGP	Mai – Jun/2026

2.3 Exemplos práticos

Léa Contier De Freitas do MCTI (Compromisso 3 – Ciência Aberta) relatou que a nova gestão da Coordenação de Governança de Dados já realizou análise dos marcos do compromisso, constatando: sobreposição entre ações; etapas já concluídas; necessidade de reorganização em fases; mudança no foco de algumas ações, como o uso de dados científicos já mapeados. Ela destacou que a equipe deseja começar a revisão já em 2025, mesmo antes da fase de oficinas, para garantir maior efetividade e impacto. A CGU apoiou a iniciativa e reforçou que o processo permite esse tipo de antecipação, desde que alinhado às diretrizes da OGP.

3. Estratégia Nacional de Governo Aberto

3.1 Contexto

A CGU propôs iniciar a construção de uma estratégia nacional que: estabeleça diretrizes permanentes para a agenda de governo aberto; vá além dos ciclos bianuais dos planos de ação; esteja alinhada à Recomendação da OCDE (à qual o Brasil aderiu em 2019) e ao decreto vigente. A proposta inicial previa elaborar uma minuta de estratégia a ser discutida e validada com CIGA e GT da sociedade civil.

3.2 Contribuições e reflexões dos participantes

Amanda Faria Lima (Transparência Internacional - Brasil): Manifestou preocupação com o risco de a estratégia ser percebida como algo “já pronto”. Defendeu que os ministérios e órgãos setoriais participem desde o início, reforçando o sentimento de pertencimento. Citou a experiência da Estratégia de Governo Digital, que utilizou oficinas interministeriais para construir diretrizes e ações de forma participativa.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
Secretaria Nacional de Transparência e Acesso à Informação
Diretoria de Governo Aberto e Transparência

Renato Morgado (Transparência Internacional - Brasil): Propôs uma etapa anterior à minuta, com foco em validar conjuntamente: pressupostos, lacunas institucionais, prioridades da estratégia. Enfatizou que isso evitaria retrabalhos e aumentaria a aderência ao texto por todos os envolvidos.

Thiago Fernando dos Santos Teixeira (SNPS/SG): Reforçou a necessidade de ouvir também a burocracia pública, ou seja, os servidores que vivenciam no cotidiano os desafios de implementação. Também sugeriu criar mecanismos para coletar essas contribuições de forma estruturada.

Carolina Cornejo (OGP): Ressaltou que o Brasil é referência internacional em participação e pode liderar uma estratégia inovadora, que sirva de modelo para outros países da OGP.

3.3 Encaminhamentos

A CGU acolheu as sugestões e propôs: revisar a metodologia, incluindo uma fase de validação conjunta de diagnóstico e prioridades; submeter a versão atualizada da metodologia por e-mail até meados de julho para validação eletrônica; apresentar uma agenda com datas e entregas previstas dos dois processos (revisão e estratégia).

4. Encerramento e convite

A CGU reforçou o convite para o evento “Diálogo com a Sociedade Civil”, marcado para o dia seguinte, que apresentará os avanços dos compromissos do 6º Plano. O evento será híbrido e aberto ao público. A reunião foi encerrada com agradecimentos mútuos e reconhecimento ao engajamento de todos os presentes no fortalecimento da agenda de governo aberto no Brasil.

5. Participantes

Instituição	Participantes
Parceria para Governo Aberto - OGP	Carolina Cornejo
	Bruno Martini Bonaldo
	Fernanda Montenegro Calado
	Flavia de Holanda Schmidt
	Maíra Rodrigues Póvoa
Controladoria-Geral da União - CGU	Priscilla Haueisen Dias Ruas
Casa Civil - CS	Mariana Rodrigues Silva Melo
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI	Carlos Roberto Colares Gonsalves
	Léa Contier De Freitas
Ministério da Educação - MEC	Noah Gabriel Dos S N N Ribeiro
Ministério da Fazenda - MF	Carlos Augusto Moreira Araujo

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
Secretaria Nacional de Transparência e Acesso à Informação
Diretoria de Governo Aberto e Transparência

	Renata Rodrigues de Castro Rocha
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI	Miriam Chaves
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MDR	Flavia Amaral Silva de Sousa
Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP	Guilherme Augusto Sousa Guedes
	Ronaldo Alves Nogueira
	Adriana Nascimento Santos Cartaxo
	Karla Regina da Silva Gomes
Ministério da Saúde - MS	Marcelo Alves Miranda
Ministério das Relações Exteriores - MRE	Luciana Magalhães Silva dos Santos
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS	Diony Maria Oliveira Soares
	Natália Giovanna Marson
Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática - MMA	Elias Begnini
	Humberto Luciano Schloegl
Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - MDH	Tatiane Lopes Ribeiro de Alcantara
Secretaria Nacional de Participação Social/ Secretaria-Geral/ Presidência da República – SNPS/SG/PR	Thiago Fernando dos Santos Teixeira
Fiquem Sabendo	Bruno Morassutti
Instituto Brasileiro de Certificação e Monitoramento - IBRACEM	Julio Botelho
Transparência Brasil	Cristiano Pavini
Transparência Internacional	Amanda Faria Lima
	Renato Morgado

6. Registros

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
Secretaria Nacional de Transparência e Acesso à Informação
Diretoria de Governo Aberto e Transparência

